

Vozes da Inclusão na Amazônia: experiência de acadêmicos com deficiência no Curso de Ciências Contábeis da UFT

Voices of Inclusion in the Amazon: experience of students with disabilities in the UFT Accounting Course

Lindomar Lopes dos Santos^a, Valtuir Soares Filho.

^aUniversidade Federal do Tocantins-UFT. E-mail: lindomar.lopes@mail.uft.edu.br.

Resumo: O presente artigo tem como objetivo analisar a inclusão de acadêmicos com deficiência no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins (UFT) localizado na Amazônia Legal. A pesquisa, de caráter descritivo e qualitativo, utiliza a técnica documental para examinar políticas institucionais e práticas de inclusão, além de realizar entrevistas com estudantes que se identificaram como pessoas com deficiência (PCD) durante a matrícula. Os dados foram coletados a partir de documentos da Central de Acessibilidade e Educação Exclusiva Inclusiva (CAEI) da UFT, bem como de normativas institucionais, como o Estatuto e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Os resultados evidenciam tanto os avanços nas políticas de inclusão quanto os desafios persistentes, como a necessidade de maior conscientização e capacitação dos docentes. O estudo conclui que, apesar dos progressos, é fundamental um compromisso contínuo com a acessibilidade e a inclusão, visando garantir a permanência e o sucesso acadêmico dos estudantes com deficiência. As implicações para a prática acadêmica e sugestões para futuras pesquisas são discutidas, reforçando a importância de um ambiente educacional inclusivo.

Palavras-chave: Acessibilidade; Educação superior; Ciências contábeis; Amazônia Legal.

Abstract: This article aims to analyze the inclusion of students with disabilities in the Accounting Sciences Course at the Federal University of Tocantins (UFT) located in the Legal Amazon. The descriptive and qualitative research uses documentary techniques to examine institutional policies and inclusion practices, in addition to conducting interviews with students who identified themselves as people with disabilities (PWD) during enrollment. The data was collected from documents from the UFT's Center for Accessibility and Exclusive Inclusive Education (CAEI), as well as institutional regulations, such as the Statute and the Institutional Development Plan (PDI). The results highlight both advances in inclusion policies and persistent challenges, such as the need for greater awareness and training of teachers. The study concludes that, despite progress, a continued commitment to accessibility and inclusion is essential, aiming to guarantee the permanence and academic success of students with disabilities. Implications for academic practice and suggestions for future research are discussed, reinforcing the importance of an inclusive educational environment.

Keywords: Inclusion; deficiency; Accessibility; Higher education; Accounting Sciences. Legal Amazon.

Submetido em: 04/07/2024.
Aceito em: 16/04/2025.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior é um tema de crescente relevância no contexto educacional contemporâneo. A universalização do acesso à educação superior, embora tenha avançado nas últimas décadas, ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à efetividade das políticas de inclusão e à adaptação das instituições de ensino para atender às necessidades específicas desse público. Nesse sentido, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) se destaca como um espaço de reflexão e prática sobre a inclusão, buscando promover um ambiente acadêmico que respeite e valorize a diversidade.

O curso de Ciências Contábeis da UFT, localizado no campus de Palmas, é um dos cursos que abriga acadêmicos com diferentes tipos de deficiência. A presença desses estudantes é um indicativo do esforço institucional em criar condições para que todos tenham acesso à educação de qualidade. No entanto, a realidade vivenciada por esses acadêmicos muitas vezes revela a necessidade de melhorias nas práticas de acolhimento e suporte acadêmico, a fim de garantir que a inclusão não seja apenas uma formalidade, mas uma realidade efetiva.

Este artigo tem como objetivo analisar as experiências de acadêmicos com deficiência no curso de Ciências Contábeis da UFT, buscando compreender as percepções desses estudantes sobre a inclusão e as práticas adotadas pela universidade. Para isso, foi realizada uma pesquisa qualitativa, que incluiu entrevistas com acadêmicos que se autodeclararam com deficiência, permitindo que suas vozes e relatos fossem ouvidos e considerados. A escolha desse público se justifica pela relevância de suas experiências na construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo.

A pesquisa também se fundamenta em uma análise documental de políticas

institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Pedagógico Institucional (PPI), que orientam as ações da UFT em relação à inclusão de acadêmicos com deficiência. A partir dessa análise, busca-se identificar as diretrizes que sustentam as práticas de inclusão e os desafios que ainda precisam ser enfrentados para garantir a acessibilidade e o sucesso acadêmico desses estudantes.

Por fim, este artigo pretende contribuir para o debate sobre a inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior, apresentando não apenas os desafios enfrentados, mas também as potencialidades e as experiências positivas que podem servir de modelo para outras instituições. A reflexão sobre a inclusão é um passo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde todos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial acadêmico e profissional, independentemente de suas limitações.

O texto está organizado em capítulos. O primeiro capítulo, esse em tela, apresenta a introdução, contextualizando a importância da inclusão de acadêmicos com deficiência no ensino superior e delineando os objetivos da pesquisa. Em seguida, o segundo capítulo é dedicado ao referencial teórico, onde são discutidas as políticas de inclusão e acessibilidade nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com ênfase nas diretrizes que regem a UFT. O terceiro capítulo traz a metodologia utilizada na pesquisa, detalhando os procedimentos de coleta e análise de dados, incluindo a descrição das entrevistas realizadas com os acadêmicos. No quarto capítulo, são apresentados os resultados da pesquisa, com uma análise das percepções dos acadêmicos sobre a inclusão e as práticas institucionais. Por fim, o quinto capítulo oferece considerações finais, onde são discutidos os principais achados do estudo, as implicações para a prática acadêmica e sugestões para futuras pesquisas,

reforçando a necessidade de um compromisso contínuo com a inclusão e a acessibilidade no ambiente educacional. Essa organização em capítulos facilita a navegação pelo texto e a compreensão dos diferentes aspectos que envolvem a inclusão de acadêmicos com deficiência no curso de Ciências Contábeis da UFT.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Política da Inclusão da Pessoa com Deficiência

A Organização das Nações Unidas (ONU) define pessoas com deficiência como aquelas que enfrentam dificuldades em realizar atividades cotidianas devido a limitações físicas, mentais ou sensoriais. Segundo a ONU (2006), cerca de 10% da população mundial vive com alguma deficiência, sendo a maioria em países em desenvolvimento.

Para uma sociedade verdadeiramente inclusiva, é fundamental garantir que todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiência, possam participar plenamente da vida social, cultural, econômica e política. A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) amplia essa definição, incluindo, além de pessoas com deficiência, idosos, obesos e gestantes, como exemplos de indivíduos com mobilidade reduzida. O Censo da Educação Superior do INEP classifica como estudantes com deficiência aqueles que possuem impedimentos de longo prazo que dificultam sua participação plena na sociedade. Essa classificação, com evidenciada na Figura 1 a seguir, inclui diversas tipologias de deficiência, como física, intelectual e sensorial.

Figura 1: Conceito/classificação de deficiência



Fonte: Adaptado de Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2010)

As políticas nacionais de inclusão da PCD nas IFES abrangem propostas de inclusão e assistência estudantil, que ganharam impulso nos últimos anos. Essas ações visam garantir o acesso e a permanência de acadêmicos com deficiência nas instituições, bem como de acadêmicos com baixa renda e outros fatores que configuram vulnerabilidade e desvantagens frente ao processo de ensino-aprendizagem. Tais propostas surgiram, principalmente, do reconhecimento das mudanças no perfil socioeconômico dos acadêmicos do ensino superior, considerando a ampliação do acesso às IFES.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva afirma que na educação superior, a educação especial garante que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiência, tenham acesso, permaneçam e participem das atividades acadêmicas (Aline, 2018). Isso é feito por meio de adaptações nos ambientes físicos, recursos pedagógicos e processos seletivos. Neste contexto, a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é de extrema importância para as pessoas com deficiência, pois garante o acesso à educação a todos os estudantes, abordando todos os aspectos necessários

para garantir a permanência e participação dos acadêmicos PCD.

Em 2005, foi lançado o Programa Incluir, uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior (SESU) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI). O objetivo principal era a implementação de uma política de acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior¹. Até 2011, o programa se materializava por meio de chamadas públicas que permitiam a formulação de estratégias para superar as barreiras impostas ao acesso das pessoas com deficiência ao ensino superior. A partir de 2012, o programa foi universalizado, passando a atender todas as IFES, incentivando-as a elaborar políticas e ações de acessibilidade ampla e articulada (Giordani *et al.*, 2020).

No contexto do acesso de PCD ao ensino superior, destaca-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU em 13 de dezembro de 2006. A convenção estabeleceu que os países signatários – incluindo o Brasil – deveriam garantir um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino, de modo a promover a plena participação e a inclusão, adotando medidas para assegurar o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior e outras formas de ensino, sem discriminação e com igualdade de condições (Giordani *et al.*, 2020).

Seguindo essas concepções, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto n.º 6.096/2007, objetivou criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (Brasil, 2007). Entre suas diretrizes, destaca-se a ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil” (Brasil, 2007), que estão

diretamente associadas à inclusão, democratização do acesso e permanência, de forma a promover a efetiva igualdade de oportunidades, compreendida como parte integrante de um projeto de nação (Brasil, 2007). Esta perspectiva ganhou destaque no documento Diretrizes Gerais do REUNI (2007), que orientou as IFES a explicitarem seu compromisso social por meio de políticas de inclusão, programas de assistência estudantil e políticas de extensão universitária

Ainda em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado com o objetivo de promover o acesso e a permanência de pessoas com deficiência na educação superior, entre outras metas. No mesmo ano, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) introduziu o Plano Nacional de Assistência Estudantil, destacando a necessidade de investimentos em políticas de inclusão no ensino superior (Brasil, 2007).

Este documento conferiu à assistência estudantil um status de direito e, através da Portaria Normativa n.º 39 de 12 de dezembro de 2007, permitiu a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). O PNAES definiu áreas estratégicas como moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico, que são essenciais para a permanência de muitos acadêmicos com deficiência no ensino superior (Lima *et al.*, 2016).

Outros marcos legais e normativos reforçaram o acesso e a permanência de pessoas com deficiência no ensino superior. Entre eles, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, criado em 2011, visava garantir um sistema educacional inclusivo, acessibilidade em equipamentos públicos de educação, qualificação e capacitação profissional de pessoas com deficiência, entre outros.

Além disso, o Decreto n.º 7.611 de 17 de novembro de 2011, que regulamenta a educação especial e o atendimento educacional especializado em todos os níveis de ensino; a Lei n.º 12.764 de 27 de dezembro de 2012, que protege os direitos da pessoa com transtorno do espectro autista; e o Decreto n.º 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que trata da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e estabelece que a Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, além de ser uma disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior (Brasil, 2005), são todos marcos importantes nesse contexto.

2.2 O curso de ciências contábeis e a instituição que o oferta

A UFT, uma das instituições de ensino superior do Brasil, foi instituída em 23 de outubro de 2000 pela Lei nº 10.032. A história da UFT começa no início do ano 2000, quando estudantes da então Universidade do Tocantins (Unitins) instauraram o movimento S.O.S Unitins, em resposta às movimentações governamentais do Estado que previam a privatização da Universidade, o que culminaria na cobrança de mensalidade (UFT, 2023).

A mobilização estudantil na defesa do ensino público, gratuito e de qualidade sensibilizou toda a sociedade tocantinense, culminando na aprovação da Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, pelo Congresso Nacional, que cria a Universidade Federal do Tocantins (UFT).

Em 15 de maio de 2003, a UFT foi oficialmente implantada com a posse dos primeiros professores e servidores, dando início às suas atividades. Com a implantação, a UFT incorporou os mais de 5 mil acadêmicos, 25 cursos de graduação, um mestrado, equipamentos e toda a estrutura física do campus já existentes na Unitins. Assim, tornou-se uma

universidade multicampi, estando presente nas duas mesorregiões do Estado do Tocantins, nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis (UFT, 2024).

A UFT tem se destacado por sua contribuição significativa para o desenvolvimento socioeconômico e cultural do estado do Tocantins e da região Norte do Brasil. Através de seus programas de ensino, pesquisa e extensão, a UFT tem desempenhado um papel fundamental na formação de profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável da região.

O curso de Ciências Contábeis da UFT é um dos mais tradicionais: sua existência remonta a um período anterior à federalização da instituição. Atualmente, possui 19 professores efetivos, sendo 14 deles com formação em Contabilidade. A maioria dos professores possuem mestrado e doutorado (UFT, 2023).

Destaca-se que o curso é oferecido no Tocantins, um dos estados da Amazônia Legal. A região é um arranjo político em uma área delimitada pelo governo brasileiro que abrange mais oito estados além do Tocantins: Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia e Roraima. A região conta com mais de 808 cidades que habitam o bioma Amazônia, o que representa cerca de 28 milhões de habitantes (IBGE, 2022).

O Curso de Ciências Contábeis da UFT tem por objetivo formar contadores, seguindo uma linha de ação sustentada na formação técnica-científica e humanística. O mercado de trabalho espera que o contador auxilie os gestores a tomar decisões, ajude a empresa a alcançar seus objetivos, seja colaborador do empresário, tenha uma visão global (PPC, 2022).

O curso é oferecido no Campus de Palmas, com duração de 4 anos (8 semestres) e carga horária de 3.000 horas. O curso de Bacharelado em Ciências

Contábeis da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas, tem se destacado regionalmente (PPC, 2022)

O curso de Ciências Contábeis da UFT tem se destacado por sua excelência acadêmica e compromisso com a formação de profissionais altamente qualificados. O currículo do curso é projetado para fornecer aos acadêmicos uma sólida base teórica e prática em contabilidade, finanças, auditoria, tributação e gestão. Além disso, o curso enfatiza o desenvolvimento de habilidades de pensamento crítico, resolução de problemas e comunicação eficaz, que são essenciais para o sucesso na profissão contábil.

2.3 Instrumentos de gestão da universidade no Brasil

As IES no Brasil, sejam elas públicas ou privadas, desempenham um papel crucial na formação de profissionais altamente qualificados e na produção de conhecimento científico. Para garantir um funcionamento eficiente, transparente e democrático, as IES utilizam uma variedade de instrumentos de gestão. Esses instrumentos são fundamentais para o planejamento estratégico, a organização administrativa e a avaliação contínua das atividades acadêmicas e administrativas. Entre os principais instrumentos de gestão utilizados pelas IES, destacam-se o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Pedagógico do Curso (PPC), e os Relatórios de Gestão.

O PDI é um documento estratégico que orienta o planejamento e a execução das ações de uma instituição de ensino superior por um período de cinco anos. Ele é elaborado com a participação de diversos segmentos da comunidade acadêmica e tem como objetivo principal definir as diretrizes, metas e ações que a instituição deve seguir para alcançar seus objetivos institucionais. O PDI abrange diversas áreas, incluindo como poder ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Elementos de um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Missão, Visão e Valores	Define a identidade institucional, seus objetivos de longo prazo e os princípios que guiam suas atividades.
Planejamento Acadêmico	Inclui a oferta de cursos, a expansão de vagas, a qualificação do corpo docente e o desenvolvimento de pesquisas.
Infraestrutura	Planeja a construção e manutenção de instalações físicas, laboratórios, bibliotecas e outros recursos.
Gestão de Pessoas	Estabelece políticas de recrutamento, capacitação e valorização do corpo docente e técnico-administrativo.
Inclusão e Acessibilidade	Detalha ações para garantir o acesso e a permanência de estudantes de diversos perfis, incluindo pessoas com deficiência.

Fonte: Autores (2024) e adaptado de UFT (2024)

O quadro acima apresenta os elementos de PDI, destacando a inclusão de elementos essenciais como missão, visão, valores, planejamento acadêmico, infraestrutura, gestão de pessoas e inclusão. No entanto, sugere-se que o PDI seja aprimorado com metas mais específicas e mensuráveis, maior articulação entre os elementos, definição de recursos financeiros, mecanismos de avaliação e monitoramento, e participação da comunidade. Além disso, recomenda-se que o PDI esteja alinhado com o contexto social, as políticas públicas e as tendências do ensino superior, buscando a sustentabilidade e a inovação. Em suma, o comentário aponta para a importância de um PDI completo, coerente e participativo para garantir o sucesso do desenvolvimento institucional.

Nesse sentido, a IES ainda conta com um Projeto Pedagógico do Curso (PPC). O PPC é um documento essencial que detalha a estrutura e o funcionamento de cada curso oferecido pela instituição. Ele é elaborado pelas coordenações dos cursos em conjunto com o corpo docente e deve estar alinhado com as diretrizes do PDI. O

PPC inclui vários elementos como pode ser observado no Quadro 2, a seguir.

Quadro 2: Elementos de um Projeto Pedagógico do Curso (PPC)

Objetivos do Curso	Define a finalidade do curso, suas metas educacionais e a formação pretendida para os acadêmicos.
Matriz Curricular	Detalha as disciplinas oferecidas, a carga horária, os pré-requisitos e a sequência de estudos. A matriz curricular é o “mapa” do curso, indicando o caminho que o estudante deve percorrer para alcançar a formação pretendida.
Metodologia de Ensino	Planeja a construção e manutenção de instalações físicas, laboratórios, bibliotecas e outros recursos.
Avaliação	Estabelece os critérios e métodos de avaliação do desempenho dos acadêmicos.
Recursos Didáticos e Infraestrutura	Lista os materiais, laboratórios, bibliotecas e outros recursos disponíveis para apoiar o ensino.

Fonte: Autores (2024) e adaptado de UFT (2024)

O quadro apresentado acima oferece uma visão geral dos elementos essenciais para a estruturação de um curso de graduação. Ele detalha desde os objetivos do curso e a matriz curricular, passando pela metodologia de ensino e avaliação, até os recursos didáticos e infraestrutura necessários. Essa organização permite uma compreensão clara do caminho percorrido pelo estudante durante sua formação. No entanto, para otimizar o curso, sugere-se uma maior articulação entre os elementos, objetivos mais específicos e mensuráveis, flexibilidade na matriz curricular, diversidade nas metodologias de ensino, avaliação contínua e formativa, e a inclusão de recursos tecnológicos. Além disso, a importância do alinhamento com o projeto pedagógico institucional, a revisão periódica e a participação dos docentes

são fundamentais para garantir a qualidade e a atualização do curso.

Além dos instrumentos de gestão de um curso superior, acima apresentados, as IES públicas lançam mão de um importante documento o Relatórios de Gestão. Um relatório de gestão em uma IES pública é um documento formal que visa apresentar de forma clara, objetiva e transparente as ações desenvolvidas, os resultados alcançados e os desafios enfrentados pela instituição em um determinado período. É uma ferramenta importante para a prestação de contas à sociedade, aos órgãos de controle e aos diversos públicos interessados na IES, como acadêmicos, docentes, servidores técnico-administrativos e comunidade em geral.

Os Relatórios de Gestão são documentos anuais que apresentam uma análise detalhada das atividades desenvolvidas pela instituição ao longo do ano. Eles são fundamentais para a transparência e a prestação de contas à comunidade acadêmica, aos órgãos de controle e à sociedade em geral. Os relatórios incluem, vários elementos, não existindo um padrão nacional, contudo alguns elementos são chaves para a divulgação das informações da gestão, como se pode observado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Elementos de um Relatórios de Gestão

(continua)

Desempenho Acadêmico	Avalia o progresso dos cursos, a produção científica, as atividades de extensão e outros indicadores acadêmicos.
Gestão Financeira	Apresenta um balanço das receitas e despesas, além de análises sobre a eficiência na utilização dos recursos financeiros

Quadro 3: Elementos de um Relatórios de Gestão

(conclusão)

Desenvolvimento Institucional	Relata as ações realizadas em consonância com o PDI, incluindo melhorias na infraestrutura, projetos de inclusão e inovação pedagógica.
Indicadores de Qualidade	Apresenta dados sobre a satisfação dos acadêmicos, a empregabilidade dos egressos e outros indicadores de qualidade.

Fonte: Adaptação dos autores de UFT (2024)

O Quadro 3 apresenta uma proposta de estrutura para um relatório de gestão de uma IES pública, delineando seções-chave para uma avaliação completa do desempenho institucional. A seção de Desempenho Acadêmico avalia a qualidade dos cursos, a produção científica e as atividades de extensão, enquanto a Gestão Financeira apresenta um balanço detalhado das receitas e despesas, demonstrando a eficiência na utilização dos recursos. A seção de Desenvolvimento Institucional relata as ações realizadas para implementar o PDI, incluindo melhorias na infraestrutura e projetos inovadores. Por fim, a seção de Indicadores de Qualidade apresenta dados sobre a satisfação dos acadêmicos, a empregabilidade dos egressos e outros indicadores que demonstram a qualidade da formação oferecida pela instituição. Essa estrutura abrangente permite uma análise completa do desempenho da IES e auxilia na tomada de decisões estratégicas.

Complementar ao PDI, PPC e Relatório de Gestão há outros instrumentos de gestão utilizados nas IES brasileiras como por exemplo: Regimento Interno, Políticas de Assistência Estudantil, Planos de Ação e Programas Específico, dentre outros. O Regimento Interno define a estrutura organizacional, as atribuições dos órgãos colegiados e os procedimentos administrativos, sendo a base legal para a gestão da IES. As Políticas de Assistência

Estudantil detalham os programas de apoio aos estudantes, demonstrando o compromisso da instituição com a inclusão e a equidade. Por fim, os Planos de Ação e Programas Específicos evidenciam a proatividade das IES em relação a temas como internacionalização, sustentabilidade e responsabilidade social.

A inclusão desses documentos demonstra a complexidade da gestão universitária e a necessidade de uma abordagem multifacetada, que abranja não apenas os aspectos acadêmicos e financeiros, mas também as dimensões social e institucional. A articulação entre esses documentos, sua atualização constante e a participação da comunidade acadêmica são fundamentais para garantir a eficácia da gestão e o cumprimento dos objetivos da instituição.

Em resumo, os instrumentos de gestão das universidades brasileiras são fundamentais para garantir a eficiência, a transparência e a participação democrática na administração das instituições. Eles permitem um planejamento estratégico robusto, a avaliação contínua das atividades e a adaptação às demandas sociais e educacionais, contribuindo para a melhoria contínua da qualidade do ensino superior no país. A gestão eficaz nas IES é, portanto, um elemento-chave para o sucesso e a excelência no ensino superior brasileiro

3 METODOLOGIA

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva de abordagem utilizando a pesquisa documental como técnica de coleta de dados. A razão de conduzir um estudo de abordagem descritiva e qualitativa é entender, descrever e explicar os fenômenos por meio da análise de experiências individuais ou grupais, pela investigação de experiências, de relações ou documentos (SILVA, 2023). Nesta pesquisa buscou-se com o objetivo de elencar as políticas públicas e as medidas que têm sido implementadas visando à

inclusão de acadêmicos com deficiência em seus cursos de graduação, tendo como base o curso de Ciências Contábeis, além evidenciar a percepção dos acadêmicos que se identificaram no ato da matrícula como PCD, quanto a essas políticas.

Para instrumentalização desse trabalho, ele foi separado e realizado em 3 (três) etapas: análise documental e aferição das políticas institucionais da UFT em prol da PCD; pesquisa de campo com a aplicação de entrevistas e pesquisa bibliográfica para suportar os referenciais teóricos. A pesquisa empregou uma abordagem metodológica diversificada para garantir a profundidade e a validade dos resultados. A combinação da análise documental, que forneceu o embasamento teórico-legal, com a pesquisa de campo, que permitiu a observação direta do fenômeno, e a pesquisa exploratória, que possibilitou a coleta de dados qualitativos através de entrevistas e formulários, compôs uma triangulação metodológica robusta. Essa estratégia permitiu uma compreensão mais completa e abrangente do objeto de estudo, considerando tanto aspectos teóricos quanto práticos, e as perspectivas de diferentes atores envolvidos.

A pesquisa ao utilizar-se da técnica documental, baseou-se na análise de documentos conservados em órgãos públicos e privados de diversas naturezas, como registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, regimentos, fluxogramas, organogramas e outro (VERGARA, 2005). Para isso, foram utilizados dados fornecidos pela Central de Acessibilidade e Educação Exclusiva Inclusiva (CAEI) da UFT, incluindo documentos e planilhas que continham informações sobre todos os acadêmicos ingressos desde o 1º semestre de 2022 até o 1º semestre de 2024.

Em tempo, a CAEI é um espaço de atendimento de estudantes com deficiência e acolhimento da comunidade acadêmica. Vinculada ao Campus da UFT em Palmas. Ela atua na garantia da

acessibilidade e inclusão dos estudantes através da oferta de tecnologias assistivas para os estudantes com deficiência como: teclado para baixa visão, acionadores (mouse estacionário de esfera, mouse por toque, mouse óptico), software leitor de telas, linha Braille, lupa fixa, leitor autônomo, e leitor digital. O espaço também conta scanners com OCR (equipamento que digitaliza páginas, reconhece o texto e extrair, permitindo a edição) e impressora Braille. Além disso, a CAEI também produz materiais adaptados de acordo com a demanda dos estudantes e conta com uma equipe de atendimento multidisciplinar e monitores que oferecem suporte aos estudantes no uso dos equipamentos e em sala de aula (UFT, 2023).

Esses dados foram compilados por meio de documentos e relatórios disponíveis no site institucional da UFT. Além disso, foram analisados documentos normativos da UFT, como o Estatuto, o PDI, o PPI e os PPC, nesse caso o de Ciências Contábeis da IES, bem como outros materiais institucionais relacionados à inclusão de PCD de acadêmicos. Na pesquisa bibliográfica, foram buscadas referências específicas nas legislações educacionais pertinentes ao ensino superior, com foco na educação especial e na perspectiva da inclusão.

Os dados coletados foram complementados com para análise de tais documentos utilizou procedimentos: leitura seletiva dos documentos, especificamente as partes referentes ao PDI, Relatório de Gestão da UFT e o PPC do Curso de Ciências contábeis da IES para identificar de que forma eles abordam as questões ligadas a PCD.

Na condução da pesquisa qualitativa foi realizado uma entrevista com os acadêmicos do curso de Ciências Contábeis da UFT, entre os meses de agosto a outubro de 2024, que possuem algum tipo de deficiência. Os principais temas abordados incluíram: suporte durante o processo de seleção,

acolhimento e orientação no início da vida acadêmica, acessibilidade no cotidiano acadêmico, programas e iniciativas de apoio, conscientização e preparo dos professores. De posse desses dados, procedeu-se a sistematização da análise dos dados qualitativos obtidos nas entrevistas, optando-se pela utilização da análise de conteúdo proposta por Bardin (2016). Essa técnica permitiu a identificação de categorias temáticas relevantes, a contagem de frequência das ocorrências e a construção de um quadro detalhado das percepções e opiniões dos participantes. A análise de conteúdo de Bardin (2016) mostrou-se útil para a interpretação dos dados e a construção das análises sobre o objeto de estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresenta-se o resultado da pesquisa realizada no âmbito do Curso de Ciências Contábeis da UFT e nos documentos institucionais da IES para o cumprimento do objetivo geral da pesquisa. Para tanto, foram feitas uma triangulação metodológica permitiu uma análise do objeto de estudo. A análise documental proporcionou um embasamento legal e histórico, a pesquisa de campo permitiu a observação direta do fenômeno em seu contexto natural e a pesquisa exploratória.

Os dados coletados na CAEI da UFT, no primeiro semestre de 2024, possibilitaram a identificação da quantidade de pessoas com deficiência em diversos cursos oferecidos pelo campus de Palmas da UFT. O Quadro 1 a seguir apresenta a distribuição de acadêmicos com deficiência por curso, evidenciando os programas com maior concentração de estudantes.

Quadro 4: Distribuição da PCD nos cursos ofertados no campus de Palmas da UFT

(continua)

CURSO	ACADÊMICOS PCD
CURSO DE MEDICINA - PALMAS - INTEGRAL	39
CURSO ESPECIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO - PALMAS	25
CURSO DE DIREITO - NOTURNO - PALMAS	13
CURSO DE CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO - PALMAS	9
CURSO DE DIREITO - MATUTINO - PALMAS	8
CURSO DE NUTRIÇÃO - INTEGRAL - PALMAS	
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - PALMAS	7
CURSO DE ENFERMAGEM - INTEGRAL - PALMAS	
CURSO DE ENGENHARIA ELÉTRICA - INTEGRAL - PALMAS	5
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - NOTURNO - PALMAS	4
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - MATUTINO - PALMAS	
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE ENGENHARIA DE ALIMENTOS - MATUTINO - PALMAS	3
CURSO DE PEDAGOGIA (LICENCIATURA) - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PROFESSORES DO ENSINO MÉDIO DE MATEMÁTICA (EAD)	
CURSO DE FÍSICA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE JORNALISMO - MATUTINO - PALMAS	2
CURSO DE JORNALISMO - NOTURNO - PALMAS	
CURSO DE MÚSICA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO UNIVERSIDADE DA MATURIDADE - PALMAS	
CURSO DE BIOLOGIA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - MATUTINO - PALMAS	1

Quadro 4: Distribuição da PCD nos cursos ofertados no campus de Palmas da UFT

(conclusão)	
CURSO	ACADÊMICOS PCD
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - NOTURNO - PALMAS	1
CURSO DE COMPUTAÇÃO - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO NA AMAZÔNIA	
CURSO DE DOUTORADO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA	
CURSO DE ENGENHARIA AMBIENTAL - PALMAS	
CURSO DE ENGENHARIA CIVIL - INTEGRAL - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA	
CURSO DE MESTRADO ENSINO EM CIÊNCIAS E SAÚDE - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO PROF. EM PROPRIEDADE INTELECTUAL E TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA PARA A INOVAÇÃO	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENGENHARIA AMBIENTAL - PALMAS	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM FILOSOFIA (PROF-FILO)	
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	

CURSO	ACADÊMICOS PCD
CURSO DE QUÍMICA - LICENCIATURA - PALMAS	
CURSO DE TEATRO - LICENCIATURA - NOTURNO - PALMAS	
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESTRATÉGICA DA INOVAÇÃO E POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA - (EAD)	
MBA EM GESTÃO EMPRESARIAL - PALMAS	
MBA EM GESTÃO PÚBLICA E SOCIEDADE - PALMAS	
MBA EM LIDERANÇA E FORMAÇÃO DE GESTORES - PALMAS	
MBA EM MARKETING E INTELIGÊNCIA DE MERCADO	1
MBA EM MARKETING ESTRATÉGICO - PALMAS	
PROGRAMA DE ACESSO DEMOCRÁTICO À UNIVERSIDADE - PADU	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM CLÍNICA MÉDICA - PALMAS	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM INFECTOLOGIA - PALMAS	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE - PALMAS	
RESIDÊNCIA MÉDICA EM REUMATOLOGIA - PALMAS	

Fonte: Pesquisa documental (2024)

O Quadro 4, acima, apresenta a distribuição de acadêmicos com deficiência matriculados nos diversos cursos oferecidos pela UFT em Palmas. A coluna "Acadêmicos PCD" indica a quantidade de estudantes com deficiência matriculados em cada curso. Observa-se uma maior concentração de acadêmicos

PcD em cursos da área da saúde, como Medicina, Enfermagem e Nutrição. Entretanto no curso de Ciências Contábeis indica a ocorrência de 04 (quatro) acadêmicos que, no ato da matrícula se identificaram como PcD.

Na continuidade da pesquisa, foi investigado o perfil dos estudantes com deficiência da UFT. Dando continuidade à pesquisa, detalhamos no Quadro 5 a seguir as deficiências declaradas pelos acadêmicos da UFT no momento da inscrição. Os resultados obtidos permitiram identificar quais as deficiências mais prevalentes entre os estudantes e as áreas do conhecimento com maior concentração de acadêmicos com necessidades especiais.

Quadro 5: Identificação das deficiências entre os acadêmicos da UFT

DEFICIÊNCIA IDENTIFICADA	QUANTIDADE
DEFICIÊNCIA FÍSICA	66
AUDITIVA	20
VISÃO MONOCULAR	15
VISÃO SUBNORMAL OU BAIXA VISÃO	12
DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS	11
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	10
AUTISMO	9
BAIXA VISÃO	8
CEGUEIRA	7
MOBILIDADE REDUZIDA, PERMANENTE OU TEMPORÁRIA	6
SURDEZ	5
SÍNDROME DE ASPERGER	2
ARTRITE REUMÁTICA	
DEFORMIDADE CONGENITAL OU ADQUIRIDAS	1
PARALISIA CEREBRAL	
SURDO	

Fonte: Pesquisa documental (2024)

A análise dos dados, contidos no Quadro 5, revela uma diversidade de deficiência entre os acadêmicos da UFT. A deficiência física se destaca como a mais frequente, seguida por auditiva e visual. É importante ressaltar a presença de deficiências múltiplas e de condições como autismo e síndrome de Asperger, indicando a necessidade de uma abordagem inclusiva e personalizada para atender às necessidades específicas de cada estudante. A presença de deficiências menos comuns, como artrite reumática, deformidade congênita e paralisia cerebral, demonstra a heterogeneidade do grupo de estudantes com deficiência na instituição.

Após identificação das PcD no âmbito do Curso de Ciências Contábeis na UFT foi levantado junto ao grupo de *Watss app*, geral dos acadêmicos do curso, em razão da Central de Acessibilidade e Educação Exclusiva da UFT não nominar quem os são, em virtude da lei de proteção de dados, quem eram os acadêmicos que seriam PcD. Dessa forma 03 (três) acadêmicos entraram em contato com os autores dessa pesquisa e dessa forma foi realizada uma entrevista com estudantes do curso de Ciências Contábeis que possuem algum tipo de deficiência.

A entrevista foi realizada por meio de um questionário no *Google Forms*, composto exclusivamente por perguntas abertas, permitindo que os participantes expressassem suas respostas por escrito. O questionário foi enviado aos acadêmicos no período entre os dias 29/08/2024 a 03/09/2024, e as respostas coletadas até 29/09/2024 foram registradas e reveladas. Contudo foram obtidas, apenas respostas de dois dos três acadêmicos regularmente matriculados que se auto identificaram.

A seguir, são apresentados os resultados da entrevista. Vale ressaltar que as respostas foram analisadas considerando-se três categorias emergidas da análise de conteúdo de Bardin (2016) a saber: suporte durante o processo de seleção; acolhimento e orientação no início

da vida acadêmica; acessibilidade no cotidiano acadêmico; programas e iniciativas de apoio bem como a conscientização e preparo dos professores.

Para qualificar as informações obtidas nas entrevistas, os respondentes foram identificados em entrevistado "A" e "B".

Quadro 6: Análise comparativa – entendimento dos entrevistados sobre as políticas da PCD na UFT

CATEGORIA PARA ANÁLISE QUALITATIVA	ENTENDIMENTO DOS ENTREVISTADOS
Supporte durante o processo de seleção	A: "durante a seleção eu enviei um documento com meu CID e solicitei que minha prova fosse ampliada. No dia da prova, eu fiz em uma sala que só tinha pessoas PCD, e minha prova estava ampliada com a fonte 16, conforme eu solicitei. Na sala também havia cadeiras grandes para pessoas obesas, mesa especial para cadeirantes e outras pessoas com provas ampliadas". B: "no processo de matrícula, tive uma reunião com a Central de Acessibilidade. Lá foi passado os tipos de tecnologia que eu teria caso fosse preciso. Conheci toda a equipe da central e soube que podia contar com eles nas minhas dificuldades/deficiência".
Acolhimento e orientação no início da vida acadêmica	A: "no início, uma pessoa da Central de Acessibilidade me ligou e me convidou para ir pessoalmente à central. Fui lá e expliquei minhas dificuldades para o coordenador que me recebeu. Ele disse que faria uma reunião com o colegiado para que os professores atendessem aos pontos específicos que solicitei" e completou "durante as aulas, não tive esse acolhimento por parte dos professores. Muitas vezes já quis trancar o curso por não conseguir acompanhar as aulas, mas como fiz boas amizades, elas são meus apoios". B: "não tive muito suporte pelo fato da pandemia. Entrei em 2020/1 e, duas semanas depois, iniciou-se a pandemia, o que creio que pesou contra isso".
Acessibilidade no cotidiano acadêmico	A: "a única acessibilidade que tenho às vezes é quando os professores ampliam minha prova. Mas eu preciso pedir todas as vezes, e, ainda assim, alguns esquecem. É como se eu tivesse que me virar sozinha para conseguir acompanhar o ritmo do professor". B: "sempre que precisei de ajuda, foi deferido o pedido. Precisei de prova ampliada em duas disciplinas (pelo fato de ter baixa visão), e os professores foram compreensíveis e atenderam ao pedido" e complementou "durante as aulas normais, apenas minhas amigas me ajudam quando preciso de acessibilidade".
Programas e iniciativas de apoio	A: "no início, eu tentei me inscrever no programa para comprar um tablet que me traz muita acessibilidade nas aulas. Mas todos os programas precisam ter a análise socioeconômica deferida no Cubo. Como minha renda passa de 1,5 salários mínimos, nunca consegui participar de nenhum programa". B: "existe a Central de Acessibilidade, e sei também da existência de benefícios/auxílios para os acadêmicos com deficiência. Porém, não sei muito mais sobre eles, porque nunca fui atrás ou procurei saber mais".
Conscientização e preparo dos professores	A: "vou falar como sinto em relação à minha deficiência (visão monocular e baixa visão). Sinto que falta um pouco de sensibilidade e empatia para adaptar aulas para um aluno PCD. No meu caso, eu não consigo enxergar nada que eles escrevem no quadro, mesmo sentando na frente. Precisei comprar um tablet para acompanhar a aula quando o professor disponibiliza o slide no AVA". B: "é de conhecimento de todos os professores que eu tenho essa dificuldade, porque está registrado até na lista de frequência. Mas, durante as aulas, eles não me dão material ampliado e também não se importam se eu estou conseguindo acompanhar".

Fonte: Pesquisa de campo (2024)

Análise qualitativa dos depoimentos obtidos na entrevista de campo, dispostos no Quadro 6 acima, apresentou tanto avanços quanto desafios. Dentre pontos positivos pode-se induzir que o processo de seleção na UFT já contempla medidas de acessibilidade, como a oferta de provas ampliadas e salas adaptadas, que a existência de uma central de acessibilidade demonstra o compromisso da instituição em atender as necessidades dos estudantes com deficiência, oferecendo orientação e suporte. Quanto aos docentes, há em alguns casos, evidências de estarem cientes das necessidades dos acadêmicos com deficiência e que os eles buscam atender aos seus pedidos, como a disponibilização de provas ampliadas. Um fato interessante nas oitivas é que a formação de amizades entre os acadêmicos tem sido fundamental para o suporte mútuo e a superação de dificuldades.

Quanto aos desafios ficou evidente que, embora a CAEI ofereça suporte inicial, os depoimentos indicam que o acolhimento e a orientação durante as aulas nem sempre são adequados e que falta de adaptação das aulas para atender às necessidades dos acadêmicos com deficiência é um ponto crítico. A ausência de materiais didáticos acessíveis e a dificuldade em acompanhar o conteúdo das aulas são queixas frequentes. Os depoimentos, obtidos nas entrevistas sugerem que ainda há uma necessidade de maior conscientização e capacitação dos professores sobre as questões de acessibilidade e que a dificuldade em acessar programas de apoio financeiro para aquisição de recursos tecnológicos, como *tablets*, limita a autonomia dos estudantes com deficiência. Os resultados indicam que a UFT tem avançado na oferta de serviços de acessibilidade, mas que ainda há desafios a serem superados.

Nessa perspectiva pode-se considerar como um ponto desafiador para a IES fortalecer a comunicação entre a Central de Acessibilidade e os

professores, oferecer cursos de formação continuada para professores sobre temas relacionados à inclusão e acessibilidade bem como aumentar a oferta de recursos tecnológicos e pedagógicos acessíveis, como *softwares* de leitura de tela, materiais em *braille* e audiodescrições.

Contudo o maior desafio seria desenvolver ações de sensibilização para toda a comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão. Essas considerações tem como fundamento os depoimentos que evidenciam a necessidade de uma abordagem mais integral e sistemática para garantir a acessibilidade e a inclusão dos estudantes com deficiência na UFT.

Considerando os dados obtidos na CAEI e os resultados da pesquisa de campo, realizou-se uma análise nos principais documentos institucionais (PDI, PPC e Relatório de Gestão) para compreender como as questões de acessibilidade estão sendo abordadas na IES. Após a leitura intencional dos referidos documentos, foram realizados busca nos textos com as palavras chaves “Pessoas com Deficiência”. Como resultado obteve-se a consolidação dos Quadro 7, a seguir:

Quadro 7: Resumo do termo “Pessoas com Deficiência” nos documentos institucionais.

DOCUMENTO ANALISADO	OCORRÊNCIA DO TERMO	CONTEXTO IDENTIFICADO PARA O TERMO
PDI vigente (2021-2025)	Foram identificados oito vezes em que o termo ocorre. No glossário, no Eixo Acessibilidade, nas Ações afirmativas, nos Critérios de Seleção e Contratação, na adequação estrutural e nas metas a longo prazo direcionadas a pró-reitoria de graduação (PROGRAD)	Foi identificado que a IES busca garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, tenham oportunidades iguais e se sintam incluídas no ambiente acadêmico. Que para alcançar esse objetivo, a UFT implementou o Programa de Acessibilidade e Educação Inclusiva (PAEI). Esse programa visa desenvolver políticas e ações que promovam a acessibilidade em todos os aspectos da vida acadêmica, desde a infraestrutura física até os métodos de ensino perpassando pelo PPC dos cursos. No quesito seleção ficou evidente que a IES apenas se adequou ao Art. 37, VIII e a Lei n. 8.112/90, Art. 5º, § 2º, a qual estabelece que deverá ser reservado o percentual de até 20%, das vagas oferecidas no concurso às pessoas com deficiência. Quanto a acessibilidade em 2015, a UFT reformulou seu sistema de bibliotecas para oferecer mais acesso e serviços à comunidade, incluindo pessoas com deficiência. Por fim a IES declara como meta elaborar protocolos institucionais e orientações didático-pedagógicas para o atendimento de pessoas com deficiência ou necessidades educacionais específicas.
PPC de Ciências Contábeis vigente a partir de 2023	Foram identificadas 11 ocorrências do termo.	Quando da menção da Políticas de inclusão e acessibilidade no âmbito da IES, fazendo menção ao documento anterior (PDI). Na descrição da infraestrutura do curso com espaço destinado às pessoas com deficiência, explicitamente quanto aos banheiros adaptados (prédios, biblioteca, anfiteatro, restaurante universitário). Na indicação de que a IES cumpre o exigido pela legislação vigente e dispõe dos espaços destinados a pessoas com deficiência. Também faz menção a biblioteca do Campus que possui equipamentos especiais para leitura e consulta de pessoas com deficiência visual (mas não os detalha). Ressalta que não há menção explícita de nenhuma adequação metodológica/didática no documento.
Relatório de Gestão 2023		Não há menção no referido relatório à PCD ou mesmo contexto que faça menção a Pessoas com Deficiência seja no plural, no singular ou utilizando-se a abreviatura.

Fonte: Pesquisa documental (2024)

A partir do Quadro 7 pode-se deduzir que a análise dos documentos da UFT revelou que a instituição possui um arcabouço legal e normativo para promover a inclusão de pessoas com deficiência. No entanto, a implementação dessas políticas ainda apresenta desafios. Na análise do PDI esperava-se encontrar menções à inclusão de pessoas com deficiência em diversos aspectos, como o corpo discente, o corpo docente e a gestão que não ocorreu, limitando-se ao amparo legal da inclusão na IES, na perspectiva de

projeto de desenvolvimento. Quanto ao PPC do Curso de Ciências Contábeis esperava-se encontrar menções específicas às necessidades dos estudantes com deficiência no curso, como adaptações curriculares, recursos didáticos acessíveis e apoio pedagógico. Entretanto, a análise indicou menções a espaços físicos adaptados e a política institucional da IES e não especificamente do curso. Por fim, ao analisar o Relatório de Gestão da UFT nota-se que o mesmo não apresenta dados específicos sobre o

tema. A ausência do termo já indica uma possível lacuna, já que esperava-se encontrar, no mínimo, indicadores quantitativos e qualitativos sobre a presença de pessoas com deficiência na instituição, como número de matrículas, aprovações e evasão, posto que na análise documental da CAEI, esses dados foram disponibilizados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou analisar as experiências de acadêmicos com deficiência no curso de Ciências Contábeis da UFT, buscando compreender as percepções desses estudantes sobre a inclusão e as práticas adotadas pela universidade. Os resultados revelaram um cenário complexo e em constante evolução. Embora a instituição tenha dado passos importantes na direção da inclusão, como a criação da Central de Acessibilidade e a adaptação de espaços físicos, ainda há desafios a serem superados.

Um dos principais desafios identificados foi a distribuição de estudantes com deficiência pelos cursos. A concentração em áreas específicas, como a saúde, exige uma análise mais aprofundada das razões por trás dessa distribuição e a implementação de medidas para promover a inclusão em todos os cursos. Além disso, a pesquisa evidenciou a necessidade de uma abordagem individualizada para cada estudante, considerando a diversidade de deficiências existentes. No que tange especificamente ao curso de Ciências Contábeis pode se concluir que os acadêmicos que se declaram com PCD necessita de maior apoio pedagógico por parte da IES, inclusive urge a capacitação dos docentes para o trabalho especializado a essa temática.

Por outro lado, apenas de serem em número de apenas quatro acadêmicos, os mesmos não se sentem à vontade para discutir o assunto, uma vez que apenas

dois dos estudantes contactados se propuseram a responder a pesquisa aplicada. Outro ponto crucial é a implementação das políticas de inclusão. Apesar da existência de políticas e serviços de apoio, os estudantes do curso de Ciências Contábeis relatam dificuldades no dia a dia, como falta de adaptação das aulas e falta de apoio dos professores. A ausência de dados específicos sobre a inclusão nos documentos institucionais também dificulta o monitoramento e a avaliação das ações implementadas.

Com considerações obtidas a partir dos resultados da pesquisa aplicada observa-se que para superar esses desafios, a UFT precisa investir em diversas frentes. Tais como a formação continuada dos professores, adaptação da metodologia das aulas, disponibilizando materiais em formatos acessíveis e utilizando tecnologias assistivas. A criação de mecanismos de monitoramento e avaliação é essencial para acompanhar o progresso e identificar áreas que necessitam de melhorias.

A sensibilização da comunidade acadêmica sobre a importância da inclusão é outro ponto crucial. É preciso promover ações que combatam o preconceito e a discriminação, criando um ambiente mais acolhedor e inclusivo para todos. O fortalecimento da comunicação entre a CAEI e os professores também é fundamental para garantir que as necessidades dos estudantes sejam atendidas.

Em resumo, a UFT possui um potencial significativo para se tornar uma instituição verdadeiramente inclusiva. No entanto, é preciso que a instituição continue investindo em políticas e ações que promovam a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência, inclusive explicitamente de forma mais clara e assertiva tais políticas nos seus documentos institucionais.

REFERÊNCIAS

ALINE. A política nacional de educação especial na perspectiva da Educação inclusiva (2007-2018): desafios para a constituição de Sistemas educacionais inclusivos no Brasil. Ufrgs.br, 2018.

ASSOCIAÇÃO Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. **Portal PROPLAD**. [Brasília, DF], 24 de julho de 2017. Disponível em: <https://proplad.ufu.br/central-de-conteudos/links/2016/07/associacao-nacional-dos-dirigentes-das-instituicoes-federais-de>. Acesso em: 1 out. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. **NBR 15.290/2004: Acessibilidade em comunicação na televisão**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 30 set. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

LIMA, Regina Edileusa Esteves. Reuni e Expansão Universitária na UFMG de 2008 a 2012. **Educação & Realidade**, v. 41, n. 2, p. 383–406, 30 abr. 2016.

GIORDANI, C. C. O. et al. Inclusão de alunos com deficiência nos cursos de graduação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). **Revista Triângulo**, v. 13, n. 3, p. 143, 2 dez. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA [IBGE]. **Amazônia Legal**. [S. l., s. n.]. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoes-ambientais/geologia/15819-amazonia-legal.html>. Acesso em: 24 jun. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Assembleia Geral. Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Paris: ONU, 1948. Disponível em: <https://www.un.org/en/about-us/universal-declaration-of-human-rights>. Acesso em: 1 out. 2024

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Doc. A/61/611, Nova Iorque, 13 dez. 2006.

SILVA, Ana Beatriz. A importância da pesquisa documental para o entendimento de fenômenos sociais: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São

Paulo, v. 30, n. 90, p. 123-145, setembro 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). A UFT através da Linha do Tempo. **UFT.** [Palmas, 202-]. Disponível em: <https://www.uft.edu.br/noticias/a-uft-atraves-da-linha-do-tempo>. Acesso em: 1 out. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI2021-2025).** Palmas, TO: UFT, 2021. Disponível em: https://docs.uft.edu.br/share/s/l6G29vJbQ1iklp_eqtOvgw. Acesso em: 10 set. 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Projeto Político Pedagógico (PPC) do Curso de Ciências Contábeis.** Palmas -TO: UFT, 2022. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/AxieLuKqRui3eFExmDWNuw>. Acesso. em: 10 set. 2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT). **Relatório de Gestão.** Palmas -TO: UFT, 2023. Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/s/S8FJYZGmQPStzxJKGjGylg>. Acesso em: 10 set. 2024

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Atlas, 2005.



LINDOMAR LOPES DOS SANTOS

Formando. 8º período de Ciências Contábeis- Universidade Federal do Tocantins-UFT.



VALTUIR SOARES FILHO

Doutorado e mestrado em Ciências, Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES (2017 e 2022 respectivamente). Mestrado em Tecnologías Digitales y Gestión del Conocimiento pela Universidad Nacional de Educación a Distancia-UNED/ES (2008). Especialista em Auditoria Governamental pela Universidade do Tocantins UNITINS (2005). Bacharelado em Ciências Contábeis pela Universidade do Tocantins UNITINS (2000). Licenciado em Matemática pela Universidade do Tocantins UNITINS (2011). Professor Titular na Universidade Federal do Tocantins UFT. Avaliador INEP e CEE_TO de cursos presenciais e à distância. Experiência em cursos superiores e tecnológicos à distância.